
NOVAS ESTRUTURAS/NOVOS MUSEUS

Agostinho RIBEIRO

Constitui um interessante desafio, poder discorrer livremente sobre alguns fenómenos conceptuais em torno das mais recentes correntes museológicas, num exercício meramente académico e sem outra finalidade que não seja a de expôr algumas dúvidas e interrogações sobre a razão de ser, função e utilidade da chamada "nova museologia".

O título proposto, quer pelos equívocos que pode sugerir, quer pela amplitude das abordagens que permite, é, desde logo, motivador para uma profunda reflexão e potenciador de um sem número de questões que à nova museologia cabe interpretar e responder positivamente.

Com efeito, "Novas Estruturas/Novos Museus" pressupõe, por oposição, a existência (e eventual falência) das "velhas estruturas" e, conseqüentemente, dos "velhos museus".

Terá algum fundamento esta oposição novo/velho, no sentido da tão falada e discutida ruptura epistemológica primordial ou, pelo contrário, é possível e desejável o encontro de soluções de compromisso entre as velhas e novas estruturas, entre os velhos e os novos museus?

Ou então não estaremos a discorrer sobre realidades cuja natureza se nos apresentam de tal forma diferentes na função e objectivos institucionais que deixa de fazer sentido tal dicotomia?

Ou, finalmente, os novos museus não são mais que a resposta actual às necessidades e preocupações que a sociedade contemporânea encerra, provado que está o desajuste de alguns museus já existentes?

Fará sentido exercitar a possibilidade de, a partir de estruturas pré-existentes, ensaiar a criação de novos museus ou, pelo menos, a renovação dos seus programas museológicos? E isto será nova museologia tradicional adaptada às novas circunstâncias, por operações de cosmética?

O que faz, em rigor, a diferença entre os velhos e novos museus? A função? Os métodos? Os objectivos?

A que novas estruturas nos poderemos referir para potenciar a existência de novos museus? Estruturas sociais? Políticas? Económicas? Culturais? Todas? Nenhumas? Algumas...?

São todas estas questões e interrogações que irão merecer alguns comentários, a partir do tema proposto, conscientemente provocador, na senda, aliás, dos grandes debates e discussões de princípios a que nos fomos habituando ao longo das sessões da cadeira "A Função Social do Museu".

Se do ponto de vista sociológico uma estrutura se define, grosso modo, como o conjunto de partes organizadas que mantêm entre si

relações de interdependência com alguma consistência e durabilidade, tal realidade de conjunto nunca poderá ser considerada como algo rígido e imutável mas sim como um todo dinâmico em permanente transformação.

Nesta perspectiva de base sociológica um museu pode ser considerado uma subestrutura em permanente relação e interdependência com as restantes subestruturas que, no seu conjunto formam o todo social.

Se o desajuste existe, ou seja, se o museu não mantém nem potencia tais relações, a sua própria razão de ser deixa de ser válida ou importante para o conjunto. Perdida a noção desta relação a sua utilidade passa a ser discutível e a sua função perde eficácia.

Neste contexto, não importa distinguir se estamos perante novas ou tradicionais correntes museológicas. Vale para todas na medida em que todas se constituem e existem em função do todo social. A diferença residirá nas inaptações de algumas destas subestruturas por razões de natureza, a mais das vezes, operacional. A inaptação técnica e/ou humana estará quase sempre na base destes desajustes.

Com efeito, um museu, independentemente do seu programa, espaço e colecções, possui em si mesmo todo o potencial e apetência indispensáveis para uma correcta e eficaz inserção no todo social. O protagonismo humano, técnico e profissional, é que dará possibilidades ou não de inserção nesse mesmo todo.

Isto remete-nos para o grande e grave problema da formação, que deve ser activa e permanente para, precisamente o factor humano consiga adaptar-se e adequar estratégias ao constante movimento e mutações que a sociedade contemporânea traduz.

Assim, para podermos progredir numa reflexão cuidada em torno das novas estruturas que caracterizam os tecidos sociais actuais, eles próprios em constante movimento, é imprescindível proceder a uma caracterização, ainda que muito sumária, da própria sociedade, aos diversos níveis perceptíveis para a maioria das pessoas.

Na sua totalidade, isto é, à escala planetária, põe-se em evidência as grandes dicotomias que não só a identificam como também resultam mais sensíveis à percepção humana. São os grandes problemas ou, para utilizar uma expressão mais corrente na cadeira, as grandes angústias com que a humanidade se debate, tantas vezes impotente para resolvê-las, dadas a amplitude e natureza das mesmas.

Caracterizar a sociedade actual não é tarefa fácil e o rigor de tal análise é sempre muito discutível, porque subjectiva na valoração dos fenómenos políticos, económicos, sociais e culturais dos seus autores.

A grande questão é a de saber o que marca e define, verdadeira e decisivamente a sociedade actual, do ponto de vista universal?

A verdadeira revolução tecnológica que, por exemplo, ao nível das telecomunicações, produziu a "aldeia global"?

O extraordinário desenvolvimento científico que permite a manipulação e domínio em áreas do saber que vão do infinitamente grande ao infinitamente pequeno?

A abundância e o desperdício dos países e continentes ricos em oposição à fome e miséria dos cada vez mais pobres?

O fim das ideologias ou a ditadura de uma só, no contexto político internacional?

A vitória do consumismo versus capitalismo selvagem num permanente sacrifício do equilíbrio social (identidades socio-culturais próprias) e natural (degradação permanente e irresponsável do ambiente)?

Desprezo alarmante pelos mais elementares direitos do ser humano e da vida em geral, em certas áreas do globo, em oposição à assunção, por vezes ridícula e hipócrita, noutras, em função de meros interesses economistas?

Explosão de fundamentalismos religiosos e ráticos?

Choques de cultura ou profundas resistências ao fenómeno cada vez mais sentido de aculturação?

E os Museus? Que papel podem e devem desempenhar no meio disto tudo, ou seja, como estrutura crítica e interveniente no processo de desenvolvimento económico, social e até mesmo político?

Terão os museus obrigações e responsabilidades em áreas que, à partida, parecem distantes da sua vocação específica?

No documento final das resoluções adoptadas pela Mesa Redonda de Santiago, são precisamente estes fenómenos os que merecem maior destaque declarativo. Estamos perante uma situação que vai muito mais além do que uma mera tomada de consciência e posição públicas sobre assuntos que afligem a comunidade internacional.

Com efeito, esta declaração promove e anuncia um novo tipo de museu, que pouco ou nada tem que ver com os museus ditos tradicionais, quase exclusivamente vocacionados para a recolha, classificação e preservação do património e sua consequente exposição com fins educativos e de recreio.

O museu "integral" insere, no âmbito específico das suas actividades, preocupações de carácter social e defende a participação alargada da comunidade como justificação última da sua própria essência e razão de ser.

O museu passa a ser um instrumento de intervenção capaz de mobilizar vontades e esforços para a resolução de problemas comuns, no seio das comunidades humanas onde se encontra. Os espaços e as colecções passam a plano "secundário" e a "pessoa", singular e/ou colectiva, assume o papel primordial no processo museológico.

Tudo funciona e se justifica num quadro de profundas relações e trocas sociais, em áreas tão aparentemente diversas que vão da

animação cultural ao desenvolvimento económico, passando pelas funções tradicionais que aos museus é suposto cometer.

A declaração de Santiago, no fundo, constata uma realidade específica (América Latina) com todas as suas contradições e injustiças para, seguidamente, propôr uma actuação museológica que tenha em conta estas realidades e as consiga, senão resolver, pelo menos minimizar.

Pela extrapolação, a proposta é válida para todo o lado, salvaguardadas que devem estar as respectivas especificidades comunitárias, num processo de adequação às realidades concretas de cada zona do globo. O que está em causa não é, propriamente, a descoberta da panaceia universal, mas tão somente a prestação de um contributo que pode ser, em diversas circunstâncias, decisivo para a resolução de problemas de cariz social, por mais pequenos e irrelevantes que eles nos possam parecer à primeira vista.

Curiosamente, toda a declaração nos remete para uma proposta de profundas mudanças, sobretudo ao nível das atitudes dos responsáveis, de estruturas museológicas pré-existentes - não é absolutamente necessário que, para se conseguir atingir tais objectivos, se criem novas estruturas e se construam novos museus, como se esta fosse uma questão vital para a sobrevivência das novas correntes museológicas. É possível, embora se reconheça difícil, "contruir" novos museus a partir dos museus existentes.

Tudo depende, afian, do labor humano que em torno da estrutura se pode, ou não, construir.

Um museu dito tradicional, pode, em qualquer momento, revêr o seu programa, reformular os seus espaços, repensar as suas colecções, formar e actualizar os seus quadros, integrando novas funções mais compatíveis com os desafios da sociedade contemporânea.

Do ponto de vista teórico, nada impede que tal aconteça. Na prática, sabemos bem que as resistências são muitas e as possibilidades de êxito bastante reduzidas. No entanto, este será um exercício aliciante e construtivo para quem quiser e ousar pô-lo em prática.

É importante que as barreiras que separam a "nova" museologia da "tradicional", se esbatam e se tente construir um espaço intermédio de intervenção que resulte em algo mais que simples actualizações dos esquemas tradicionais, tão gratos à maioria dos museus existentes sem chegar ao ponto de negar a herança museal que a identifica e, de certo modo, a justifica.

Resta pois considerar que é desejável que os novos museus surjam e laborem a partir de novas estruturas. Isso é inquestionável, mais que não fosse, por uma questão de eficácia.

Tal não implica, entretanto, as reais possibilidades e pouco exploradas apetências dos existentes, capazes de também contribuir

para uma nova museologia, mais virada para o homem que para o objecto.

Até porque qualquer objecto só tem valor e *tem* valor precisamente porque foi construído pelo homem.